

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

**ENTRE MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA E VALADARES GAIA FUTEBOL CLUBE
- APOIO ÀS OBRAS DE REABILITAÇÃO DOS BALNEÁRIOS -**

Considerando que:

O Município de Vila Nova de Gaia dispõe de atribuições, nos termos da alínea f), do n.º 2 do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no domínio dos tempos livres e desporto;

A Câmara Municipal tem competência para "*apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município...*", nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma legal;

Incumbe às autarquias locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos (cfr. Artigo 6.º, 1 da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto);

O Município de Vila Nova de Gaia se propõe fomentar a prática desportiva, bem como contribuir para o melhoramento da ocupação dos tempos livres dos seus munícipes;

Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas Autarquias Locais, na área do desporto, são titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 46º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;

Para efeitos do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro, – regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo entende-se por contrato-programa de desenvolvimento desportivo o contrato



celebrado com vista à atribuição, por parte do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais, diretamente ou através de organismos dependentes, de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos;

Podem beneficiar da concessão de apoios as associações ou confederações de praticantes, de treinadores e de árbitros, bem como os clubes desportivos, conforme disposto na alínea d) do nº1 do artigo 3º do mencionado Decreto-Lei;

Os contratos-programa de desenvolvimento desportivo integram, no respetivo clausulado ou em anexo ao mesmo, o programa de desenvolvimento desportivo objeto da comparticipação, nos termos do artigo 11º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 01 de Outubro;

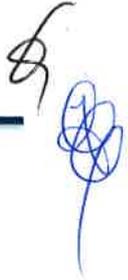
O Município dispõe do Regulamento Municipal de Apoios ao Desporto, aqui considerado;

O Valadares Gaia Futebol Clube, Instituição com relevantes serviços prestados ao desporto, com especial incidência nos escalões de formação, levou a efeito obras de remodelação nos seus quatro balneários, tendo solicitado o apoio do Município face aos custos das mesmas;

Se justifica a continuidade do apoio municipal a este Clube.

Assim, entre:

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA, pessoa coletiva n.º 505 335 018, com sede na rua Álvares Cabral, Vila Nova de Gaia, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Dr. Eduardo Vítor Rodrigues, com poderes para este ato, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por **Município** ou primeiro outorgante;



E

VALADARES GAIA FUTEBOL CLUBE, pessoa coletiva n.º 509 859 844, com sede na Rua da Carreira Funda, s/n, Apartado 16, 4405-541, Valadares, Vila Nova de Gaia, aqui representada por José Manuel Costa Soares, na qualidade de Presidente da Direção, com poderes para este ato, doravante designado por **Clube** ou segundo outorgante.

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO)

Constitui objeto do presente contrato-programa a atribuição de apoio financeiro ao Valadares Gaia Futebol Clube, para as obras de reabilitação dos seus balneários.

CLÁUSULA SEGUNDA

(COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA)

Para a viabilização do programa mencionado na cláusula anterior, o primeiro outorgante atribui ao segundo outorgante o apoio financeiro, no montante total de 6.000,00 € (seis mil euros), a ser pago após a publicação do presente contrato-programa, nos termos do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, conjugado com o n.º 1 do artigo 2º e com o artigo 4º da Lei n.º 64/2013, de 27 de Agosto, e mediante a apresentação de documentos comprovativos de despesa, no valor da comparticipação financeira fixada na presente cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA

(OBRIGAÇÕES DO SEGUNDO OUTORGANTE)

Para a prossecução do objeto do presente Contrato, o Clube obriga-se perante o Município a mencionar a colaboração do Município, nomeadamente, em todos os elementos de divulgação da sua atividade.

CLÁUSULA QUARTA

(COMUNICAÇÕES)



No âmbito de execução do presente Acordo, as informações e comunicações entre os outorgantes são realizadas por correio eletrónico considerando-se a comunicação realizada na data da sua receção.

CLÁUSULA QUINTA
(REVISÃO DO CONTRATO)

1. Os termos do presente Contrato podem ser revistos por reformulação das competências da Administração Local previstos na legislação em vigor na matéria ou por iniciativa de uma das partes contraentes mediante acordo escrito entre as partes.
2. Quaisquer alterações, aditamentos ou exclusões ao mencionado no presente Contrato são efetuadas por escrito, por adenda, passando a fazer parte integrante do mesmo, subscrita por ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA
(INCUMPRIMENTO, RESCISÃO E SANÇÃO)

O incumprimento pelo segundo outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Contrato constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do primeiro outorgante, mediante notificação escrita, e implica a devolução dos montantes recebidos e constitui impedimento para a apresentação de novo pedido de apoio num período a estabelecer pelo Órgão Executivo.

CLÁUSULA SÉTIMA
(VIGÊNCIA)

O presente Contrato produz efeitos a partir da data da sua publicação, sendo válido cumprimento integral do seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA
(LEI APLICÁVEL)

Às relações contratuais jurídico-administrativas emergentes do presente Contrato são aplicáveis, com as devidas adaptações, as disposições

constantes dos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos e, supletivamente as do Regulamento Municipal de Apoios ao Desporto.

Assim o disseram e outorgaram em dois exemplares de igual conteúdo e valor, ficando cada um dos outorgantes na posse de um deles.

Vila Nova de Gaia, 19 de fevereiro de 2018

Pelo Município de Vila Nova de Gaia
O Presidente da Câmara,



Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues

Pelo Valadares Gaia Futebol Clube
O Presidente da Direção



José Manuel Costa Soares

- Aprovado em reunião da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 28 de dezembro de 2017
- Os encargos relativos ao presente Contrato serão satisfeitos pelo orçamento em vigor na rubrica do plano 2001-A-305 (Compromisso n.º2018/430 - artigo 5.º, n.º3 da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e art. 17º das normas de execução orçamental de 2016 -)